

Desenvolvimento & Desigualdade no Amazonas I

Nilson Pimentel (*)

Atualmente a economia brasileira passa por diversas formas de análises desde que esse novo governo assumiu, sem, contudo, alinhar a estruturação do sistema à realidade dos fatos herdados de governos anteriores, principalmente, o processo de desindustrialização em marcha, a fuga de investimentos setoriais, o alto índice de endividamento das famílias, alta taxas de juros, notadamente para empréstimos de novos investimentos produtivos, acarretando taxas elevadas de desemprego, nulo ou baixíssimo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) permitindo que alguns economistas, analistas de macroeconomia vaticinem os próximos anos de muitas dificuldades para todos os agentes econômicos – o governo, as empresas e as famílias.

Não se pode excluir a sociedade do grande confronto de discussões sobre a ECONOMIA, principalmente a que mais afeta as pessoas, ou seja, a economia regional de cada Estado da Federação, haja vista, se ter chegado à metade do mandato de seus atuais governantes e, se dará um novo período para os administradores públicos municipais eleitos no último pleito.

Como em discussões no Clube de Economia da Amazônia (CEA) a prioridade se prende ao desenvolvimento regional e suas vertentes macroeconômicas, essa oportunidade peculiar do momento não poderia se perder, por isso, a discussão dessa semana se prendeu às alterações havidas em relação aos novos prefeitos eleitos que herdarão verdadeiro caos nas gestões públicas municipais do Amazonas, mas ainda com certas dificuldades de uma visão macroeconômica do futuro.

Assim, foram discutidas as possíveis oportunidades que os Municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), ligados diretos a capital por estradas, com Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Itacoatiara, pois se acredita que alguém deve ter a visão do futuro fora dessa mesmice que se encontra o AMAZONAS, com mesmas práticas nesses últimos 100 anos, com exceção do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) com seu grande fator de desenvolvimento, o Polo Industrial de Manaus (PIM).

Os economistas e demais profissionais que pensam o Desenvolvimento Econômico Regional (DER) tem o dever, não somente da discussão, mas das ações de fato, pois a grandiosidade dos recursos naturais e dos potenciais econômicos que distinguem o Amazonas, não pode ficar mais em mãos incompetentes e ineptas para gerir essa grandeza.

Dessa forma, se sabe que um dos componentes de real grandeza para programas e projetos de desenvolvimento regional são os investimentos diretos, tanto público, quanto privado, sendo que esse processo que afeta as economias regionais, requerem uma abordagem que permita e leve à prática da atração de investimento direto produtivo, quer de fontes nacionais ou estrangeiras, na modalidade público privado, pois capitais existem e estão fluando nos mercados em buscar de bons projetos que lhes permita remuneração compatível com o estado da economia mundial.

Essa prática está muito bem disseminada no mundo capitalista, como na Comunidade Britânica, no Canadá, nos Estados Unidos, na Europa, em alguns países da África e na Ásia, principalmente, identificada como metodologia de efetivo controle de gestão pública na qual são minimizados ou excluídos as possibilidades de corrupção de agentes públicos e de maior eficiência na implementação de grandes projetos.

As práticas que se teve até então para fazer frente ao avanço das assimetrias e as crescentes desigualdades, no Brasil e nos demais estados, se constituiu em prática institucional pública como um único caminho para as desigualdades socioeconômicas regionais.

Como uma metodologia intervencionista, sendo legitimada por alguma benesse política e social se esgotou como

política indutora do agente governo ao desenvolvimento econômico regional.

Atualmente, se não se sabe ou não se conhece os caminhos e aonde se quer chegar, pouco ou nada se realizará em ações para o desenvolvimento econômico que tanto a sociedade almeja. Nessas últimas décadas o que se tem visto, por parte de governos, são apostas políticas em determinados programas ou projetos, que não conseguem nem sua implementação, nem seu andamento de 'por em marcha' produtivo, desperdiçando recursos públicos escassos em ações que se renunciava, desde sua concepção, ao fracasso.

O que se denota nas sedes municipais das nove sub-regiões do Amazonas é um sentimento de abandono o que leva a sentimentos de mudanças que proporcione emprego e renda, principalmente para aqueles sem mínimas qualificações, que migraram das zonas rurais para as sedes municipais.

Como e com que atores e agentes econômicos se poderiam contar para levar adiante programas e projetos de desenvolvimento regional? Como esses processos críticos impactam o desenvolvimento regional amazonense, considerando as atuais estruturas econômicas que se tem nas áreas urbano regional? Pode-se buscar ou almejar um novo 'modelo de desenvolvimento regional'?

Tendo como cenário esta visão, fomos consultados sobre o estabelecimento de um programa de desenvolvimento regional para o Município de Manacapuru, o que se transformou em um grande desafio para a formatação de uma política integrada de desenvolvimento econômico municipal, tendo o futuro como ponta de visão, pois não teria sentido elaborar algo que fosse para continuar a mesma.

Dessa forma, foi construída uma abordagem preliminar com o estabelecimento de grandes eixos, no qual se procura colocar o Município de Manacapuru como um "hub" logístico, de comércio, de integração e desenvolvimento econômico que integra os Municípios da Mesorregião do Centro, onde se localiza dos Municípios da Mesorregião do Sudoeste e dos Municípios da Mesorregião do Sul – MANACAPURU DO FUTURO – TERRA DE OPORTUNIDADES, no qual o movimento de carga e passageiros dessas mesorregiões, antes de chegar a Manaus, passa por Manacapuru, o que proporciona várias vertentes de oportunidades de desenvolvimento econômico, identificados os principais eixos de integração econômica, principalmente por dispor de fluxos de logística, fluxos de comércio atuais e potenciais para promover o desenvolvimento de negócios e o aumento do valor adicionado com o adensamento e a maior integração das cadeias produtivas presentes naquele MUNICÍPIO.

Assim, pretende-se como isso, construir um espaço econômico municipal mais integrado e uma plataforma que privilegie a relação município-capital. Com essa iniciativa, a ser apresentada aos empresários da ACEMPU – Associação dos Empresários do Município de Manacapuru e o novo prefeito eleito e sua equipe, que se pretende um comprometimento com os projetos, marcos normativo do município que agilizem a interconexão e a operação com sistemas de atividades com Manaus, tendo em vista que esse programa com seu portfólio de projetos tem por base a avaliação das sinergias e possibilidades de serviços de logística, de comércio, de transporte, redução de custo das atividades econômicas, adensamento de fluxos econômicos entre os projetos e demais oportunidades de negócios.

() Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia, Consultor Empresarial e Professor Universitário:*
nilsonpimentel@uol.com.br.